

O viés antiexportação em políticas comerciais e o desempenho das exportações: alguns aspectos da recente experiência brasileira

William G. Tyler*

Este trabalho levanta a questão de por que a observada taxa de crescimento das exportações industrializadas brasileiras diminuiu na última parte da década de 70, em relação ao desempenho muito favorável no período 1964-74. A explicação popular de que se trata de condições de demanda internacional é brevemente examinada e achada não persuasiva. Parece que condições de oferta e política doméstica desempenharam um papel importante na explicação da queda do crescimento das exportações. É desenvolvido um modelo simples que trata dos efeitos sobre exportações dos vieses antiexportação provenientes do exercício de políticas comerciais. Este modelo é estimado empiricamente para o Brasil com um *cross-section* de dados intersetoriais para tarifas nominais, subsídios para exportação, e o desempenho das exportações. Os resultados sugerem que o aumento dos incentivos orientados para o mercado doméstico, isto é, proteção nas políticas comerciais, teve o efeito de diminuir o crescimento das exportações.

1. Introdução; 2. O declínio do crescimento das exportações brasileiras; 3. Considerações teóricas; 4. Resultados empíricos; 5. Algumas implicações políticas.

1. Introdução

As políticas econômicas afetam os preços relativos das exportações e as atividades produtivas de substituição de importações. Para o produtor individual, existe uma opção, tanto a curto quanto a longo prazo, de vender seu produto no mercado

* Do Instituto de Pesquisas (Ipea/Inpes), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) e da Universidade da Flórida. As opiniões e idéias aqui apresentadas são de responsabilidade exclusiva do autor e não representam necessariamente as das instituições às quais está vinculado.

externo ou no interno, decisão esta que a um só tempo extrapola e se relaciona com a decisão sobre quanto produzir. A lucratividade relativa das exportações, *versus* a do mercado interno, é função dos preços, que por sua vez são afetados pela política econômica. Se a remuneração corrente interna para cada unidade exportada do produto é maior do que o preço doméstico, o produtor, mantidas constantes as demais variáveis, irá preferir exportar seu produto. E, inversamente, no caso de os preços internos sobrepujarem a receita unitária potencial das exportações possíveis, será preferível então produzir para o mercado nacional. Além da política cambial — a qual afeta os preços correntes internos, tanto dos bens exportados como dos produtos importados — a política comercial, inclusive os incentivos às exportações e as restrições à importação, exerce também grande influência na determinação dos preços. Se o efeito nos preços provocado por aquelas restrições e por outras medidas de proteção de mercado sobrepuja o efeito sobre os preços ao exportador criado pelos incentivos à exportação (isto é, subsídios), passa então a existir um viés antiexportação. Em outras palavras, o saldo das políticas de incentivo, seja intencional ou inadvertidamente, vem estabelecer discriminação contra as exportações.

Enquanto a literatura tem proporcionado amplas e crescentes evidências empíricas a respeito dos efeitos desfavoráveis do pesado protecionismo de mercado sobre o desempenho econômico de países em desenvolvimento,¹ existem poucas informações relacionando diretamente o comportamento das exportações, em países específicos, às suas políticas protecionistas e de comércio. Não obstante, se existe de fato um viés antiexportação, é razoável supor que alterações nessa tendência irão afetar o desempenho das exportações. Esta é a questão que o presente trabalho procura colocar, utilizando dados sobre o Brasil para ilustrar o tema. Até que ponto as alterações do viés antiexportação no Brasil afetaram o incremento das exportações brasileiras em anos recentes? Nossa análise comprova que políticas comerciais restritivas têm afetado desfavoravelmente o desempenho das exportações brasileiras de manufaturados.

No encaminhamento da questão, examinaremos inicialmente (item 2) a recente experiência exportadora. O item 3 prossegue com o desenvolvimento de um modelo simplificado, correlacionando política comercial e desempenho das exportações. Parte desse modelo baseia-se em estimativas empíricas a partir de séries históricas associadas e de dados da matriz interindustrial para o período 1970-77. Os resultados são relatados no item 4, ao qual se seguem, finalmente, algumas implicações políticas (item 5).

¹ Referências anteriores aos problemas econômicos decorrentes de estratégias industriais forçadas de substituição de importações podem ser encontradas em Little, Scitovsky & Scott (1970), que analisaram os resultados de numerosos estudos de casos nacionais, patrocinados pela OCDE. Veja também sinopses posteriores de projetos de pesquisa relativos ao tema, desenvolvidos por Balassa (1971), Donges & Riedel (1974), Bhagwati (1978) e Krueger (1978).

2. O declínio do crescimento das exportações brasileiras

Seguindo-se a um longo período de estagnação das exportações brasileiras nos anos 50 e 60, foram adotadas medidas de política econômica com o objetivo de incrementar as exportações.² Essas responderam positivamente: através dos anos 60 e, mais recentemente, da década de 70, as taxas de crescimento das exportações ficaram em nível razoavelmente alto e bastante satisfatório, contribuindo para reverter a declinante participação brasileira no mercado exterior. Como se vê na tabela 1, foi de 12,6%, no período 1964-74, a taxa anual acumulada de crescimento das exportações totais do país, em dólares constantes. Observe-se que, enquanto nesse período as exportações de produtos primários cresceram a taxas satisfatórias (8,7% anuais, em termos de dólares constantes), o incremento mais notável ocorreu na comercialização de produtos industrializados, cujas exportações experimentaram crescimento real de 24,8% ao ano.

Tabela 1
Taxas de crescimento anual das exportações brasileiras —
1964-74 e 1974-78

Exportações	1964-74 (%)	1974-78 (%)
Exportações totais em dólares correntes	18,7	12,3
Em dólares constantes*	12,6	5,0
Exportações de produtos primários em dólares correntes	14,1	7,0
Em dólares constantes*	8,2	0,04
Exportações de produtos industrializados		
em dólares correntes	31,6	19,6
em dólares constantes*	24,8	11,8

Fonte: cálculos feitos pelo autor a partir de dados da Cacex e de informações sobre preços no atacado publicadas pelo FMI; *International Financial Statistics*, vários n.ºs. Veja também Cacex. *Comércio exterior: séries estatísticas*, 1978.

* Para deflacionar a receita corrente de exportação (dólares) foi utilizado o índice de preços no atacado dos EUA. Em todos os casos estão assinaladas as taxas de crescimento anual acumulado.

Os fatos que se seguiram aos aumentos do preço do petróleo, a recessão internacional e as subseqüentes medidas de política econômica de meados da década de 70 afetaram seriamente o desempenho das exportações brasileiras. A taxa real de incremento total das exportações no período 1974-78 caiu a 5% anuais — índice menor que o crescimento das exportações mundiais de produtos

² Veja, por exemplo, Von Doellinger (1973) e Tyler (1976).

não-petrolíferos. As exportações de produtos primários brasileiros tiveram praticamente crescimento zero — justificável, em parte, por motivos relacionados com os preços das mercadorias. Não obstante, no período 1974-78 assistiu-se também a um substancial declínio no incremento nacional das exportações industriais (manufaturados), as quais cresceram à taxa de 11,8% anuais, em termos de dólares constantes.

Muitas razões têm sido apontadas para explicar esse declínio no crescimento das exportações. Embora tais razões sejam todas válidas em geral, elas por si sós não são inteiramente satisfatórias. As explicações mais comuns e divulgadas têm muito a ver com as condições da demanda internacional. Em primeiro lugar, afirma-se que a recessão mundial de 1974/75 e suas conseqüências reduziram a procura de produtos brasileiros no mercado. Em segundo, apresenta-se o argumento de que o crescente protecionismo adotado por parte dos países desenvolvidos — particularmente os EUA e as nações do Mercado Comum Europeu — têm dificultado o crescimento real das exportações brasileiras. As mais notórias são as enormes restrições, naqueles mercados, à importação de calçados, têxteis e vestuário.

Tais argumentos fundamentados na demanda, embora atraentes, não podem ser invocados para explicar cabalmente o declínio no crescimento das exportações brasileiras. Primeiramente, releva notar que as exportações brasileiras constituem apenas parcela mínima das exportações totais mundiais (cerca de 1%), de maneira que a posição do Brasil na economia mundial é de aceitar os preços determinados pelo mercado (*price-taker*). Considerando-se os preços internacionais e a competitividade brasileira, a participação do país no cômputo da exportação mundial poderia expandir-se facilmente, independente das condições da demanda. Em qualquer caso, a participação do Brasil não deveria ter respondido com uma queda ao declínio no crescimento do comércio mundial. De fato, as exportações totais mundiais expandiram-se menos rapidamente no período 1974-78 do que na fase anterior (de 1964 a 1974), mas, enquanto o incremento das exportações brasileiras excedeu o do mundo como um todo no período 1964-74, no caso de 1974-78 ocorreu o contrário.³ O efetivo declínio da participação brasileira nas exportações mundiais desde 1974 está a indicar que algo mais, além das condições da demanda internacional, seria responsável pela queda nesse crescimento. Em segundo lugar, o

³ A título de comparação, foi o seguinte, no período 1973 a 1978, o incremento total das exportações em dólares correntes, em diversos países:

Brasil	101%	Chile	103%
Japão	166%	Cingapura	157%
Alemanha	110%	Espanha	154%
EUA	102%	Coréia do Sul	287%
Argentina	115%	Formosa	190%
Mundial		135%	

Fonte: FMI. *Direction of trade yearbook*, 1979.

excelente desempenho das exportações de diversos outros países, muitos dos quais em situação econômica similar à do Brasil, parece contrariar o argumento de que a recessão internacional e políticas protecionistas possam constituir fatores responsáveis para o relativamente pobre desempenho das exportações brasileiras a partir de 1974. Tais países, entre os quais Formosa, Espanha e Coréia do Sul, têm enfrentado as mesmas condições de demanda internacional e restrições à importação.

Se não se pode atribuir inteiramente às condições exógenas da demanda internacional a causa da queda no desempenho das exportações do Brasil, torna-se necessário buscar explicações também em termos de oferta na atividade exportadora. Parecem plausíveis duas explicações relacionadas com políticas. Primeira, a política cambial poderia, concebivelmente, explicar as mudanças no comportamento da exportação. Estudos disponíveis (Von Doellinger, 1973; Tyler, 1976; Barata, 1979; Cardoso & Dornbusch, 1979) indicam, todos, alta correlação entre exportações e alterações na taxa cambial no Brasil; as elasticidades relevantes variam de cerca de 1 a 1,5. No entanto, os dados evidenciam não ter havido modificações significativas na taxa real de câmbio durante o período 1968-78 (veja, *e. g.*, Iplan/Ipea, 1979). No ajuste da taxa nominal de câmbio experimentou-se, evidentemente, uma fórmula paritária rudimentar de poder aquisitivo; conseqüentemente, as modificações da taxa real de câmbio parecem não ter importância para explicar a queda no crescimento das exportações.

Tabela 2

Regressões interindustriais para variações nas taxas de crescimento das exportações — 1970-74 e 1974-77

Equação de regressão	Constante	Coeficientes			
		Tarifas nominais	Subsídios nominais à exportação	Viés anti-exportação	R ²
1	288,5	-10,1* (2,584)	—	—	0,11
2	266,2	—	1,13 (0,009)	—	0,00
3	238,3	—	—	-8,5* (2,408)	0,09

* Indica significância estatística ao nível de 1%. Os valores de *T* aparecem entre parênteses abaixo dos coeficientes de regressão.

Uma segunda explicação, fundamentada na oferta de exportação, refere-se à política de comércio, particularmente com restrições à importação, subsídios à

exportação e o viés antiexportação. A perda comercial decorrente dos preços internacionais do petróleo, e as conseqüentes dificuldades no balanço de pagamentos, não foram enfrentadas através de políticas macroeconômicas de absorção, nem tampouco de depreciação da taxa real de câmbio. Ao invés das respostas de políticas mais convencionais, buscou-se o crescente endividamento internacional e maiores restrições à importação. As crescentes restrições à importação tiveram como efeito a ampliação do viés antiexportação já existente, por via de conseqüência, tornando economicamente menos atrativas para o produtor nacional as atividades de exportação. Controlado em parte pelo aumento das tarifas nominais legais, o efeito do viés antiexportação sobre o desempenho das exportações será objeto de exame no restante deste trabalho.

3. Considerações teóricas

A fim de examinar a questão colocada, comecemos por admitir que economicamente o país é pequeno, de tal forma que não tenha condições de influenciar os preços no mercado mundial (*price taker*). Uma dada empresa enfrenta os preços internacionais para seus produtos comerciáveis à medida que se modificam a taxa de câmbio e suas políticas comerciais.

Uma equação simplificada da oferta de exportação pode ser armada da seguinte maneira:

$$E_S = E_S(P_D, P_E, U) \quad E'_{SP_D} > 0 \quad E'_{SP_E} > 0 \quad (1)$$

onde P_D e P_E representam os preços efetivos em moeda nacional, recebidos pelo produtor nas vendas no mercado interno e ao exterior, respectivamente. A variável U representa um conjunto de variáveis mutáveis inespecíficas, aí incluídas alterações de custos de produção decorrentes de efeitos de treinamento, externalidades e economias de escala. Enquanto a relação positiva entre a oferta exportadora e o preço recebido pelos exportadores é suficientemente direta, assinalamos também uma relação negativa entre os preços no mercado interno e as exportações. As exportações e as vendas no mercado interno constituem categorias vistas aqui como excludentes entre si, embora não o sejam de uma maneira perfeita. Se sobem os preços internos, particularmente em relação aos preços de exportação, os produtores reduzirão suas exportações, a fim de obter vantagens com as maiores oportunidades de lucro oferecidas pelo mercado interno. Está implícito nesta afirmativa que os produtores não são especializados nem no mercado interno nem no de exportação. Levados pela necessidade de diversificação do risco, e por outras razões, os produtores vendem em ambos os mercados. Quando a diferença entre P_D e P_E torna-se muito grande, contudo, os produtores reduzirão suas vendas no mercado que estiver desfavorável.

Numa economia mercantil, os preços internacionais exercem papel decisivo na formação dos preços internos. Tendo em mente a chamada lei-de-um-só-preço, podemos escrever:⁴

$$P_D = P_W R (1 + T) \quad (2)$$

e

$$P_E = P_W R (1 + S) \quad (3)$$

onde:

P_W = o preço internacional do produto, dado em moeda estrangeira;

R = a taxa de câmbio em vigor, definida como o preço em moeda nacional da moeda estrangeira;

T = taxa nominal de proteção no mercado interno;

S = taxa nominal de subsídio à exportação (ou imposto, se negativo).

O viés antiexportação é definido como o valor excedente dos preços internos sobre o preço efetivo de exportação, expresso em termos da moeda local equivalente ao preço mundial. Escreve-se:

$$B = \frac{P_D - P_E}{P_W \cdot R} \quad (4)$$

Se o resultado for negativo, torna-se evidente que as políticas comerciais contêm um viés pró-exportação. Substituindo nas equações (2) e (3) os valores de (4), temos:

$$B = \frac{P_W \cdot R (1 + T) - P_W \cdot R (1 + S)}{P_W \cdot R} = T - S \quad (5)$$

ou, simplesmente, a taxa nominal de proteção ao mercado interno menos a taxa nominal de subsídio às exportações.

Considerando-se a natureza da função da oferta de exportação, propõe-se ainda que essa oferta constitui uma função negativa do viés antiexportação. A

⁴ Um modelo mais abrangente e realista incorporaria formalmente a demanda interna e as condições de oferta.

relação $E_S = f(B)$, contudo, não tem a pretensão de se constituir em modelo completo. O modelo explicitamente não leva em consideração algumas variáveis, isto é, fatores de custos; por outro lado, mantém constantes outras, como por exemplo a taxa de câmbio. Não obstante, pode-se estimar, mantidas constantes as demais variáveis, a relação entre a oferta à exportação e o viés antiexportação. Se a elasticidade de E_S em relação ao viés antiexportação se mantém constante, é perfeitamente adequado um gráfico logarítmico de estimativa linear. Tendo em vista que o viés antiexportação pode ser negativo — tal como se verifica nas políticas de preço incentivado, que favorecem a atividade exportadora — um método de estimativa mais apropriado exigiria uma estimativa direta, utilizando percentuais tomados ao longo do tempo. Este método está explicado adiante.

4. Resultados empíricos

Antes de tratar dos métodos de estimativa e dos resultados empíricos, cabem algumas observações sobre os dados utilizados. Primeiramente, partimos de uma matriz de dados interindustriais, contendo 58 indústrias de bens negociáveis, relacionadas segundo a classificação oficial da FIBGE (versão inicial — tabela de insumo-produto de 1970). Desse total de 58 indústrias, 56 eram manufatureiras. As informações sobre política comercial e de exportação foram agrupadas, com referência às 58 indústrias, para diversos anos, inclusive 1970, 1973, 1974 e 1977.

Em seguida, o viés nominal antiexportação foi calculado a partir de dados sobre tarifas e subsídios à exportação. Médias ponderadas das importações em relação a tarifas legais nominais foram utilizadas como representativas da proteção concedida às vendas internas contra a concorrência das importações. As informações sobre subsídios à exportação foram computadas com base nos subsídios efetivamente concedidos e incluem créditos fiscais do IPI e do ICM, incentivos do Imposto de Renda à exportação e crédito subsidiado. A tabela anexa engloba informações sobre a política comercial para 1977. Como se vê, prevaleceu um viés nominal antiexportação em quase todas as indústrias, numa média de 44%. Influenciado pelo peso de algumas tarifas (e os correspondentes depósitos de importação), o viés antiexportação apresentou-se extremamente elevado, isto é, acima de 100%, para algumas indústrias, tais como as de bebidas, fumo, vestuário e calçados.

Associando as séries históricas e os dados da matriz intersetorial, calculamos as taxas de crescimento setorial das exportações em valores reais para os períodos 1970-74 e 1973-77. Foram computadas também as alterações nas tarifas, nos subsídios às exportações e o viés nominal antiexportação, entre os anos de 1973 e 1977. Nossa análise procura explicar a variação interindustrial nas alterações das taxas reais de crescimento das exportações entre os dois períodos. Sustenta-se que, enquanto as taxas de câmbio constituem fator determinante da oferta à exportação, mudanças na taxa cambial real, com as quais todas as indústrias se defron-

tam, pouco contribuem para explicar a variação interindústria no desempenho das exportações. O pressuposto implícito é o de que a elasticidade da oferta à exportação com respeito à taxa de câmbio é constante para todas as indústrias. O que realmente varia de indústria para indústria, evidentemente, é a política comercial e suas alterações. É esta relação com o desempenho das exportações que focalizamos aqui. O modelo estimativo básico deriva das noções teóricas expostas. A conclusão é que: mantendo-se constante a taxa cambial de indústria a indústria, e partindo-se do pressuposto de que a oferta de exportação tem uma elasticidade constante com relação aos efeitos provocados nos preços pelas políticas comerciais — as alterações nas taxas de crescimento das exportações, através das diversas indústrias, podem ser entendidas como uma função linear das mudanças nos instrumentos de política comercial, mensurada a taxas proporcionais.⁵

Os resultados empíricos obtidos com algumas variações do modelo estimativo estão registrados na tabela 2. Na equação de regressão n.º 1 nota-se que as alterações nas tarifas nominais tiveram um significativo efeito negativo sobre os índices de crescimento das exportações. Por seu turno, as alterações nos subsídios à exportação não se mostram relevantes quanto a explicar a variância interindustrial das mudanças da taxa de crescimento das exportações, embora o coeficiente teoricamente tivesse o sinal correto e uma magnitude plausível (equação de regressão 2). A explicação pode residir no fato de que já em 1973 estivessem amplamente estabelecidos os incentivos à exportação (as alterações subseqüentes não foram de grande monta).

Nossa hipótese é de que as provas empíricas sugerem que o viés antiexportação exerce uma influência importante no comportamento da oferta de exportação no Brasil. A equação de regressão 3 — que só explica com 9% de variância interindustrial nas modificações da taxa de crescimento das exportações — por certo demonstra que as mudanças no viés nominal antiexportação possui de fato os efeitos negativos previstos. O coeficiente de regressão atinge o nível estatisticamente significativo de 1%. Para cada ponto percentual de crescimento do viés nominal antiexportação, a taxa real de crescimento da exportação cai em 0,12%. Se tal elasticidade parece baixa relativamente àquela normalmente estimada para a taxa real de câmbio, convém lembrar que os níveis tarifários são altos, além de consideravelmente redundantes. Fique claro que outros fatores deixaram de ser considerados no modelo, mas não se pode questionar o efeito do viés antiexportação sobre o comportamento das exportações.

⁵ Nossa abordagem, centrada nas mudanças no crescimento da exportação, apresenta ainda a vantagem de evitar o problema de ter de considerar e incorporar possíveis alterações da função da oferta de exportação, resultantes de economias de escala, efeitos de treinamento e outras externalidades.

5. Algumas implicações políticas

A análise empírica resumida na tabela 2 possui algumas implicações significativas para recentes mudanças da política econômica no Brasil, particularmente com relação às anunciadas reformas de dezembro de 1979. Como resultado dessas mudanças de política, torna-se evidente que aumentou o viés nominal antiexportação nas políticas comerciais. Foram eliminados os subsídios à exportação, via crédito fiscal, aumentando assim na mesma proporção aquele viés. Em 1977 tais subsídios representaram em média 18,6% para a exportação de manufaturados.⁶ A anunciada eliminação da tarifa, reduzindo os incentivos industriais (exceto para alguns programas privilegiados), terá o efeito adicional de aumentar o viés antiexportação, através da cobrança efetiva de tarifas mais altas. Contrabalançando até certo ponto esses aumentos, contudo, tivemos a eliminação do depósito prévio de importação, cujo valor tarifário médio em 1977 era de 16,2%.⁷

Para consolidar os efeitos isolados de cada mudança na política comercial sobre o viés antiexportação, teremos que presumir algo sobre as alterações nos níveis tarifários, resultantes da eliminação das reduções tarifárias utilizadas como incentivos industriais. Pressupõe-se que as alterações tarifárias reais sejam iguais à diferença entre as tarifas correntes realizadas e as tarifas legais reais. As estimativas das médias tarifárias partiram dos dados de 1978,⁸ presumindo-se também pequenas diferenças entre 1978 e 1979. A partir desse pressuposto, o aumento no viés nominal médio antiexportação para os manufaturados foi de 61%. Combinando-se esse dado com nossas estimativas registradas na tabela 2, equação de regressão 3, teremos que as reformas na política econômica adotadas em dezembro de 1979 terão o efeito, mantidas constantes as demais variáveis, de reduzir a taxa real de crescimento da exportação de manufaturados na ordem de 6,9% anuais. Esta deve ser considerada como mera estimativa e não deve ser utilizada isoladamente para projetar o desempenho da exportação de manufaturados.

Resulta da análise precedente, de forma bastante clara, que é desejável no caso brasileiro reduzir o viés antiexportação contido nas atuais políticas comerciais. De qualquer modo, qualquer tentativa de aumentar a proteção tarifária, a despeito de piorar as condições do balanço de pagamentos, será prejudicial às exportações. Se a meta é promover efetivamente as exportações, parece-nos necessário combinar medidas no sentido de reduzir a proteção contra as importações ou de aumentar os incentivos às exportações.

Os resultados apresentados neste trabalho, embora restritos ao caso do Brasil, contribuem para evidenciar que as políticas comerciais protecionistas entravam o crescimento das exportações. Além disso, as exportações parecem ser sensíveis às

⁶ Savasini et alii (1979, p. 9).

⁷ Azambuja et alii (1979, p. 55).

⁸ As médias tarifárias nominais e efetivas para 1978, assim como algumas informações sobre as tarifas de 1980, encontram-se em Tyler (1980).

mudanças de política que alteram o viés mercantil dos incentivos contidos na política econômica. Os países que buscam melhorar seu desempenho exportador deveriam avaliar a proteção dada ao mercado interno, bem como as políticas diretamente relacionadas com os incentivos à exportação.

Abstract

This paper addresses the question of why the observed growth rate of Brazilian industrial exports declined in the late 1970s relative to the very favorable performance in the period 1964-74. The popular demand explanation is briefly examined and found unconvincing. Domestic supply and policy considerations appear to have played an important role. A simple model is developed involving the effects of anti-export biases in commercial policies on exports. This model is empirically estimated for Brazil with a cross-section of sectoral data for nominal tariffs, export subsidies, and export performance. The results suggest that increased domestic market incentives, i.e., protection, in commercial policies have resulted in slower export growth.

Referências bibliográficas

- Azambuja, Joal de et alii. *Alguns aspectos da política tarifária recente*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1979.
- Barata, Maurício de Paula Pinto. *Brazilian manufactured exports: growth and change in structure*. Dissertação de doutorado. The Johns Hopkins University Press, 1979.
- Bela Balassa et alii. *The structure of protection in developing countries*. Baltimore, Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1971.
- Bhagwati, Jagdish N. *Foreign trade regimes and economic development: anatomy and consequences of exchange control regimes*. Cambridge, Massachusetts, Ballinger, 1978.
- Cardoso, Eliana & Dornbusch, Rudiger. *Uma equação para as exportações brasileiras de produtos manufaturados*. Rio de Janeiro, Inpes/Ipea, 1979.
- Donges, Juergen B. & Riedel, James. The expansion of manufactured exports in developing countries: an empirical assessment of supply and demand issues. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 113 (1), 1979.
- Iplan/Ipea. *Considerações à política cambial brasileira pós-1973*. Rio de Janeiro, 1979.
- Kruger, Ann O. *Foreign trade regimes and economic development: liberalization attempts and consequences*. Cambridge, Massachusetts, Ballinger, 1978.
- Savasin, José Augusto Arantes et alii. *Acompanhamento da quantificação da estrutura de incentivos às exportações: efeitos da política protecionista após 1975*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1979.
- Tyler, William G. *Manufactured export expansion and industrialization in Brazil*. Tubingen, J. C. B. Mohr, 1976.

_____. Proteção tarifária efetiva recente no Brasil. *Revista de estudos econômicos*. 10 (3), 1980.

Von Doellinger, Carlos et alii. *Transformação da estrutura das exportações brasileiras: 1964/70*. Rio de Janeiro, Inpes/Ipea, 1978. (Relatório de Pesquisa, n.º 14.)

_____. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1969/73*. Rio de Janeiro, Inpes/Ipea, 1975. (Relatório de Pesquisa, n.º 22.)

Tabela anexa

Tarifas nominais, subsídios às exportações e o viés antiexportação,
por setor — 1977

Classificação do IBGE	Setor	Tarifa nominal legal ¹ (%)	Subsídio à exportação ² (%)	Viés nominal antiexportação (%)
1	Mineração	4,0	-2,3	6,3
2	Extração de combustíveis minerais	1,0	0,0	1,0
101	Cimento	35,0	26,0	9,0
102	Vidro e produtos de vidro	96,0	26,8	69,2
103	Outros prod. minerais não-metálicos	75,0	22,7	52,3
111	Gusa, lingotes e ferro-ligas	24,0	21,6	2,4
112	Laminados de aço	26,0	30,0	-3,9
113	Fundidos de ferro e aço	78,1	24,0	54,1
114	Metais não-ferrosos	20,0	11,3	8,6
115	Outros produtos metalúrgicos	53,0	29,0	24,0
121	Bombas e motores	52,0	30,0	21,9
122	Peças e acessórios para máquinas	47,0	32,4	14,6
123	Máquinas, aparelhos e equip. industriais	39,0	30,4	8,6
124	Máquinas, aparelhos e equip. agrícolas	28,0	21,8	6,3
125	Máq. apar. eletrodoméstico e de escritório	67,0	24,3	42,7
126	Tratores	28,0	26,7	1,3
131	Equip. p/produção energia elétrica	73,0	29,3	43,7
132	Condutores elétricos	67,0	28,7	38,3
133	Equipamentos elétricos	62,0	26,0	35,9
134	Máquinas e aparelhos elétricos	27,0	29,2	-2,2
135	Equipamento eletrônico	47,0	25,1	21,8
136	Equipamentos de comunicações	86,0	32,0	54,0
141	Automóveis	112,0	32,5	79,6
142	Ônibus e caminhões	31,0	31,3	-0,3
143	Motores, peças e acessórios p/veículos	91,0	30,9	60,1
144	Navios e embarcações	9,0	32,8	-23,8
145	Peças e acess. p/aeronaves e veíc. ferrov.	42,0	32,3	9,7
151	Madeira e produtos de madeira	140,0	12,6	127,4
161	Mobiliário	83,0	38,1	44,9
171	Celulose	20,0	6,2	13,8
172	Papel e papelão	25,0	35,3	-10,3
173	Produtos de papel	84,0	34,9	49,1
181	Borracha	98,0	31,4	66,6
191	Produtos e artefatos de couro	155,0	11,2	143,8
201	Produtos químicos	18,0	15,3	2,8
202	Derivados de petróleo	7,0	3,9	3,3
203	Produtos de carvão	19,0	0,0	19,0
204	Resinas e fibras sintéticas	42,0	30,1	12,0
205	Óleos vegetais	64,0	4,0	68,1
206	Tintas e vernizes	54,0	20,6	33,3
207	Produtos químicos diversos	20,0	21,9	-1,9
211	Produtos farmacêuticos	18,0	14,5	3,5

Tabela anexa
(continuação)

Classificação do IBGE	Setor	Tarifa nominal legal ¹ (%)	Subsídio à exportação ² (%)	Viés nominal antiexportação (%)
221	Perfumaria e sabões	55,0	26,0	29,0
231	Plásticos	122,0	29,9	92,1
241	Fibras naturais beneficiadas	53,0	11,2	41,8
242	Tecidos e produtos de fibras sintéticas	63,0	41,0	22,0
243	Tecidos e produtos de fibras naturais	184,0	39,3	144,7
244	Outros produtos têxteis, incl. malha	64,0	42,1	21,9
251	Vestuário	176,0	37,5	138,5
252	Calçados	170,0	23,0	147,0
261	Produtos alimentícios	55,0	10,1	44,8
262	Açúcar refinado	84,0	5,7	78,3
263	Produtos refinados de óleos vegetais	65,0	20,1	44,9
264	Outros produtos alimentícios	115,0	25,2	89,9
271	Bebidas	187,0	31,4	155,6
281	Fumo	154,0	-1,2	155,2
291	Gráfica e editorial	5,0	26,1	-21,1
301	Produtos manufaturados diversos	42,0	28,9	13,2
	Média dos manufaturados ³	67,9	24,4	43,5

Fontes: Para a estimativa das tarifas e do valor dos subsídios, foram utilizadas informações da Funcex; Savasini, J.A. Arantes et alii; e Azambuja, Joal et alii. Alguns aspectos... op. cit.

¹ Foram utilizadas médias ponderadas de importação no cálculo das tarifas, incluindo os correspondentes depósitos de importação.

² Os subsídios à exportação incluem subsídios fiscais e créditos financeiros subsidiados.

³ Foram utilizadas ponderações do valor adicionado, com base na tabela de insumo-produto de 1970.